

... Cadernos :: edição: 2005 - Nº 25 > Editorial > Índice > Resumo > Artigo

Família, atendimento especializado e inserção social

Sérgio Carvalho

Falar sobre família, atendimento especializado e inserção social, mais do que o desenvolvimento de uma teoria é o resgate da minha história de vida, ou melhor dito, de uma parte da minha história de vida, especificamente, àquela contada a partir do nascimento da minha filha Thanise.

Palavras-chave: Família. Atendimento Especializado. Inserção Social.

Introdução

Falar sobre família, atendimento especializado e inserção social ao mesmo tempo é, antes de tudo teorizar sobre um campo carente do conhecimento do cotidiano brasileiro. Não significa dizer pouco importante. Devo salientar, entretanto, que a reflexão que faço, mais do que o desenvolvimento de uma teoria é o resgate da minha história de vida, ou melhor dito, de uma parte da minha história de vida, especificamente, àquela contada a partir do nascimento da minha filha Thanise. Para isso não me deterei necessariamente no encadeamento proposto da família – Atendimento Especializado – Inserção Social. Ainda que busque a racionalidade do profissional, por vezes, com certeza, estarei falando como pai. Procurarei então simplesmente viajar pelo tempo, começando pela construção genérica da família, pela marca registrada dos pais, as implicações no dia-a-dia do filho/a na família, a percepção do filho em família, a relação pais e filhos, o atendimento especializado e a inserção social.

Construindo genericamente a família

A construção da família começa despretensiosamente nas conversas de adolescência, embaladas pelos estereótipos masculinos e femininos criados pelos pais e familiares e reforçados pelos meios de comunicação. As pequenas confidências e os comentários sobre este ou aquela com os amigos(as) e colegas dão asas a nossa imaginação. Muitas vezes nos arriscamos até a um ato impensado, uma declaração de amor, por exemplo. Construimos e reconstruímos nossos castelos de areia com a mesma intensidade que o vento e a água os desmancham. E que bom que seja assim, afinal estamos apenas iniciando simbolicamente a nossa construção familiar.

Com o passar dos anos vamos experienciando e materializando nossos sonhos e nossas frustrações. Mas a busca do relacionamento estável e duradouro nos acompanha permanentemente. As namoradas(os) somam-se a nossa trajetória de vida e em um determinado momento, sem mais nem menos, temos a primeira "apaixonite aguda". Tão fulminante que nos põe de joelhos. E agora? O que fazer?

Felizmente ou infelizmente, não sei. Parece que nesses momentos não há o que fazer, a não ser deixar o tempo passar e aproveitá-lo da melhor forma possível.

Pagar micos, vexames, dizer abobrinhas, etc. fazem parte do contexto. Ao seguirmos nessa sucessão de fatos com o passar do tempo, vamos efetivamente construindo relações sociais e pessoais, vamos construindo enfim o nosso cotidiano.

Ao optarmos em construir uma família nada mais natural que nas conversas a dois ou com terceiros surjam temas como a vinda de filhos e/ou netos. Quantos e quantos almoços e jantares são conduzidos ao som da vinda do primeiro filho ou do primeiro neto. E que bom que seria se isso.... que bom seria se aquilo..... Nesta fase, se há algum impedimento fisiológico, esterilidade, por exemplo, de um ou de outro parceiro, as angústias se avolumam. Mas as conversas continuam.

Se a relação afetiva permanece estável e não há impedimento fisiológico (sei que independe como na adoção, por exemplo), a tendência natural é a extensão da família. Ela se dá, num primeiro momento, através do nascimento dos filhos.

Para se entender genericamente os nascimentos dos filhos, têm que se analisar as múltiplas facetas desse fato, todas jubilosas, num primeiro momento, diga-se de passagem. No plano afetivo, seria a consumação do amor entre dois seres. Numa interpretação mística, poderia ser a sublimação de dois indivíduos em um terceiro, que é único e, por sua vez, participa de ambos. Outras explicações não faltarão com certeza. Em suma, é o milagre do prolongamento do nome e do sangue desta família.

Quando da espera do nascimento de um filho(a) todos os envolvidos passam por um período de

angustias e expectativas. Os futuros pais e avós passam a depositar todas as suas ilusões e algumas de suas frustrações nesse ser que começa a crescer no ventre materno. É o que considero como sendo, a partir da confirmação da gravidez, a marca registrada dos pais.

A marca registrada dos pais

Confirmada a gravidez e se ela é aceita por ambos, vem a fase dos medos. Incluo aqui todos os medos inerentes aos seres humanos. Mas, principalmente, aqueles medos decorrentes da gravidez enquanto ato social ou simbólico.

A simbologia se personifica a partir do pedido aos céus sobre a saúde do bebê e da mãe que está a gerá-lo. Mas tem-se na saúde do filho/a a grande preocupação. Para tanto há uma convenção social como resposta na ponta da língua de todos os envolvidos naquele ato: "Tanto faz ser menino ou menina, o importante é que venha com saúde".

Assim, imaginado sempre com saúde, ainda que lampejos de alguma assombração transitem pelo cérebro, passa-se a elaborar aquelas intermináveis listas de nomes a serem postos nos filhos. Alia-se a esta escolha o desejo explicitado na cor dos olhos, na coloração da pele, se gordo ou se magro...

Sê constatada nos primeiros meses algum tipo de doença materna (rubéola ou outra virose) e a partir dela vê-se a possibilidade de atingir o feto, instala-se o pânico e o nascimento de um filho deficiente é afastado rapidamente no pensamento dos pais/avós. Ainda que haja grande probabilidade de um filho deficiente, o pensamento é freqüentemente sublimado. Quando muito ou se constada efetivamente à lesão no feto, a racionalidade dos pais apela para que depois do nascimento esta criança não seja "muito deficiente".

A partir daí tem-se, inevitavelmente, o conflito instalado. E por quê?

Porque todos nós vamos ao casamento ou decidimos viver juntos com alguém inspirados nos mais nobres ideais. O amor conjugal, a felicidade do lar, os filhos, enfim, um projeto de vida que frutifique moral e materialmente. Nada mais justo do que se pensar e almejar tais objetivos.

Culturalmente, entretanto, só fomos preparados para a vitória, o sucesso. O que também é justo, mesmo que nesse momento de nossas vidas já tenhamos compreendido que nem só de vitórias e sucessos vivemos; e que é nos conflitos onde realmente engrandecemos como seres humanos. Mesmo assim, mediatizamos os nascimentos dos nossos filhos quase que exclusivamente por cânones estéticos. Desejamos filhos belos e fortes... Quem sabe até não estejamos projetando para a criança que vai nascer, se menino, a figura do galã da novela das oito, se menina, a figura da miss universo.

Com orgulho e alegria, os progenitores preparam esse momento culminante, o nascimento. Em nossa cultura ocidental, a chegada de um novo ser implica festejos. Pais, avós, parentes, amigos, companheiros de trabalho, vizinhos... todos participam em maior ou menor escala do evento. Entre abraços e abraços, brindes e brindes, tanto o pai quanto à mãe e logo depois os avós aguardam alguma frase laudatória ou algum comentário de admiração da boca de terceiros.

- Que menina mais linda, é uma boneca.
- Que menino mais forte, parece um touro.
- Pais e avós se inflamam de emoção.
- Esses desejos são legítimos? Claro que são.

Mas que ocorreria no entanto se:

- A menina que acaba de nascer não é tão linda e nem se parece com uma boneca?

Se ao nascer ela tem prejuízos estéticos socialmente prescritos...

- O menino que acaba de nascer não é tão forte e nem se parece forte quanto um touro?

Se as convenções sociais, já no primeiro momento de vida, lhe etiquetassem de deficiente, inválido, anormal, deforme, inútil?

Em lugar de felicitações os pais teriam de receber os pêsames?

Quem sabe, teriam que suportar frases convencionais e insossas de seus familiares, amigos, companheiros de trabalho, vizinhos?

Será que não comprovariam de imediato o distanciamento de muitas pessoas que, dizendo-se amigas, seja por pena da criança, por pena dos pais, por rechaço estético ou por simples desconhecimento de como se tomar útil a esta família, entaram por se distanciar?

E os pais e avós, o que fariam, se, a partir daquele momento, já não pudessem realizar um de seus desejos favoritos, qual seja, o de realçar as qualidades de seu filho ou neto?

Será que cegados pela dor, só veriam defeitos no bebê?

Tomariam este recém-nascido um ser monstruoso ao invés de um ser humano?

Será que, antes de qualquer emoção, não viria a frustração social e a tortura diária com preocupações absurdas, tais como: o que os outros vão pensar? O que vão dizer do meu filho?

Se existem respostas corretas para essas indagações eu não sei, pois as suposições que acabo de fazer são fruto de longas horas de espera em salas de clínicas especializadas. São fruto de algumas experiências vivenciadas por mim e de outras vivenciadas e contadas por diversas mães que ali estavam. Foi neste entra-e-sai de clínicas especializadas que defini claramente a ruptura trágica entre o mundo sonhado, perfeito, homologado socialmente e a realidade, entre a visão idealista (cega) da existência humana e os insuspeitáveis e múltiplos matizes que ela pode adotar.

Se serve como consolo ou como aprendizado, depois de passados alguns anos, percebi que o microcosmos genético e os processos reprodutivos da espécie humana não são uniformes, neles se incluindo a mutação como fator de mudanças evolutivas. As pretendidas anormalidades/deficiências são frutos de processos naturais e normais como qualquer outro, tão dignas quanto o padrão de normalidade imperante em nossa sociedade.

Eu sei que a não adequação à norma social gera certamente um problema de adaptação, mas jamais devemos confundir exigências naturais com castigos sobrenaturais. A normalidade depende de critérios coletivos, mutáveis, portanto. Nada mais são do que conjunturas culturais de uma época concreta. Em um futuro poderão sucumbir diante de novas conceituações. Até porque nenhuma instância sobrehumana define o que é ser considerado normal. Somos nós mesmos que definimos o significado desta palavra. E se definimos o conceito de normalidade, é natural e lógico que a anormalidade não é nenhum castigo divino nem o infrigimento de nenhuma regra estabelecida pelo casal.

Por outro lado, sei que é difícil para os pais falarem sobre o seu filho/a ou até mesmo aceitá-lo/a como ele realmente é. Mas ficar só no "porque aconteceu comigo" ou "o que eu fiz para merecer isto" não resolve. Tais questionamentos requerem ações concretas. Mais do que nunca, nessa fase, a ação dos pais é fundamental, pois as implicações do filho/a no dia-a-dia da família transcende o mundo lógico. Implicações do filho/a no dia-a-dia na família

A partir do nascimento e da identificação inicial dos médicos e dos pais sobre a deficiência do filho/a, tem-se claramente definidos, por vezes involuntariamente, dois tipos de atuação familiar. Uma para o filho dito normal e outra para o filho dito deficiente.

Sê normal, todos os cuidados possíveis e impossíveis, o travamento das tradicionais "brigas" entre os recém pais e avós, tios e tias. A busca de um direcionamento próprio para o cuidado daquele filho passa a ser uma constante. Ao se opinar sobre isto ou aquilo as respostas dos neopais são: Eu sei o que estou fazendo...; não pensa que eu vou cometer os mesmos erros dos meus pais... Posso não ter experiência, mas eu sei o que é certo e errado para o meu filho... É simbolicamente a "construção ideal" daquele ser humano.

Sê deficiente, há de imediato uma rejeição, ainda que involuntária ao filho/a; a busca doentia dos prováveis culpados; o desequilíbrio emocional permanente; a negação da ciência; a fuga das responsabilidades enquanto pais; a busca de soluções mágicas; o apego excessivo a crenças e a auto-inculpação eterna da mãe. É o que eu chamo de conflito permanente entre o ideal, o real e o inesperado. O ideal, pela figuração permanente da mente feminina em ter sempre um filho/a bonito/a e comparavelmente bonito em relação ao filho/a de suas amigas e colegas.

O real, pela acolhida que dá ao filho e pelos exercícios mentais que se faz para encontrar argumentos compensatórios, quando o filho/a esteticamente não é nenhum príncipe ou nenhuma princesa. E o inesperado, é a presença do filho/a deficiente no seu dia-a-dia e o esforço permanente para aceitá-lo/a ou encontrar justificativas plausíveis para aquela peça pregada pelo destino.

Mesmo que todas as relações cotidianas entre pais e filhos sejam multimediadas com familiares, amigos, vizinhos, igreja, televisão, ou a todos os meios a que os mesmos estão expostos e que direta e indiretamente influem na percepção daquele filho/a em família, é nesse momento que a percepção do filho em família passa a ser um diferencial positivo na construção do cotidiano.

Percepção do filho em família

Antes de tudo se precisa entender que a percepção de um filho em família transcende a objetividade do ser "normal ou deficiente". É o que eu chamo do eterno ir-e-vir na revisão de

relacionamentos da estruturação familiar.

E por quê?

Porque estas revisões permanentes são indispensáveis para o desenvolvimento e construção dos valores éticos, estabilidade emocional e da personalidade dos filhos em geral ou daquele filho em específico.

Possibilita, inclusive, que a divisão de amor e afeto entre todos seja equânime. Com isso se evita a injustiça entre irmãos e faz com que os desentendimentos entre pais não se prolonguem por tanto tempo. Entretanto dar amor e carinho não exime os pais e familiares a exigirem um futuro melhor para seus filhos. Se o mesmo é deficiente, com mais razão ainda.

São também nos relacionamentos familiares que se estruturam ações concretas de cidadania e progresso.

Isto é tão verdade que GLAT(1989) em Somos iguais a você; Depoimento de mulheres com deficiência mental, diz: "É por meio do relacionamento familiar que o indivíduo desde os primeiros anos de vida começa a aprender até que ponto ele é um ser aceitável no mundo, que tipo de concessões e ajustes necessita fazer, assim como a qualidade das relações humanas que encontrará. Mais tarde, ao entrar em contato com o mundo social complexo fora do âmbito familiar... o indivíduo terá novos ajustes a fazer, que serão maiores ou menores dependendo da conformidade de sua própria família".

O não tenho tempo ou o estou muito ocupado é uma resposta que deve ser abolida do vocabulário cotidiano de todas as famílias, em especial a dos deficientes para que a relação pais e filhos possa, pelo menos, ser permeada de lutas e conquistas de ambos.

A relação pais e filhos

Na relação pais e filhos, entende-se pais/família, é inevitável o conflito. Quando há a presença do dito deficiente os conflitos tendem a agigantar-se.

Poder-se-ia dividir este conflito, para fins de interpretação, em três momentos:

O primeiro, seria a negação daquela deficiência ou limitação e a partir desta atitude a fuga na bebida, no cigarro ou outro vício qualquer e não raros os casos a relação se desfaz, pois comodamente alguém dos dois achou um culpado para aquela situação.

No segundo, teríamos a aceitação parcial do filho/a e a pré-disposição materna e paterna para conversar sobre o assunto com amigos, família, colegas... chegando posteriormente a busca de auxílio psicológico, médico...

O terceiro momento e que considero o mais difícil, é a aceitação plena (se é que isto é possível no íntimo de qualquer pai ou mãe). A demonstração de grandeza de espírito, nesse momento se dá pela superação dos obstáculos físicos, culturais sociais e arquitetônicos e na superação das crenças religiosas. Não que seja a solução, mas se terá dado o primeiro passo. Veremos que de imediato virá à aceitação da figura humana, independente de qualquer circunstância que a vida tenha lhe apresentado. É em última análise a aceitação da figura humana real, isto é, como ela é e não como nós gostaríamos que ele fosse.

Não obstante, aceitando-se os três momentos descritos a relação entre pais e filhos poderá ter outros desdobramentos e se tornar eternamente conflitiva ou pretensamente conflitiva:

A relação eternamente conflitiva é aquela onde não há a aceitação do filho e, portanto não há por parte destes pais ou desta família a construção de uma identidade familiar do filho/a ou para o filho/ a . Além de não haver a construção desta identidade há a perda da identidade social deste filho e o que é o pior, este ser humano passa a ser motivo de acusações descabidas entre pais. O desfecho para tal situação é a separação do casal e a omissão de um ou outro ou de ambos na luta dos direitos daquele que, em tese, não pode lutar.

A relação pretensamente conflitiva é aquela mediada pelas relações sociais. Há a aceitação do filho/a, a superação dos obstáculos sociais, a construção de uma identidade familiar e social, a participação dos pais e familiares e o que é melhor, a possibilidade deste filho/a construir a sua própria identidade, independente de qualquer valor imposto pela sociedade.

A partir desses entendimentos é que poderemos reivindicar, ainda que timidamente, um atendimento especializado e uma inserção social deste filho/a na sociedade.

Atendimento especializado e inserção social

Falar de atendimento especializado e inserção social no Brasil, dependendo do município ou estado

que nos encontramos, mesmo com a bandeira da inclusão social hasteada, beira as raias da neresia. Vamos convencionar que estejamos vivendo num município ou estado que dê um atendimento minimamente digno para este ser humano, e a partir daí esbarramos no primeiro dilema entre país e sociedade: a relação entre ambos jamais será amistosa. Se por um lado estão os pais a solicitar atendimento e/ou reivindicar os direitos dos filhos/as ditos deficientes, por outro há o senso comum de que na escola tradicional não há lugar para quem tem dificuldade de aprender. Em certa medida esta convenção é referendada pelos pais dos ditos deficientes porque ao invés de lutar para que os órgãos governamentais alterem este quadro, passam a exigir escolas especializadas. Como nem sempre a racionalidade prevalece e os conceitos de normal ou deficiente flutuam, as decisões dependem de acordos ou de interesses políticos de momento.

Some-se a isto certos dogmas impostos por categorizações sociais e que se transformam em castigo divino, pecado, inferno, punição... ou toda e qualquer adjetivação utilizada. Involuntariamente, acabamos reforçando o não atendimento especializado em função dos nossos próprios preconceitos.

Pensem comigo:

Não faz muitos anos que os adjetivos para se qualificar alguém que não fazia exatamente o que fazíamos ou na velocidade que fazíamos era bobo, imbecil, burro, retardado... Se havia algum prejuízo estético socialmente validado então... nem se fala. Eram os pais que ao saírem às ruas com seus filhos mantiam-lhes à margem dos demais. Havia um freio, ainda que inconsciente, para que eles não atrapalhassem os cândidos jogos das outras crianças. Quem sabe até a atitude de os afastar dos demais "inocentes" não fosse por vergonha de terem gerado seres humanos horrendos.

Sei que ainda existe este tipo de comportamento, mas enquanto pais, devemos procurar mudá-la. Caso contrário não haverá nunca o tão sonhado atendimento especializado e a inserção social de seu filho.

No entanto, devemos reconhecer que há casos mais graves ainda do que a não existência de um diálogo ou o frenamento inconsciente da necessidade que estas crianças têm de brincarem com as demais. Falo do confinamento que muitas crianças sofrem, obrigadas a conhecerem verdadeiras masmorras dentro de suas próprias casas. Penso que esta ocultação, antes de dificultar ainda mais a inserção social deste filho/a é a sua morte em vida.

Quem sabe até não o façam para poder preservar o "bom" nome da família? Se for, esta atitude é ainda mais ridícula.

Não esqueçam que esta ausência poderá ser interpretada por parte das pessoas ditas normais como uma medida preventiva ante a presumida periculosidade desta criança ou deste adulto. E se você se justifica tendo como argumento que a natureza humana desta pessoa é parcial (parcialmente humano) e suas reações podem ou poderão ser imprevisíveis, o que você está fazendo em verdade é ratificar um comportamento social, o mesmo comportamento que você eventualmente condena.

Temos que romper também com a barreira da incompreensão, além de termos a obrigação de lutar cada vez mais por escolas, clínicas especializadas, espaços públicos...

Por que um município, estado ou país não pode ter escolas, parques e brinquedos adaptados para o uso destes filhos? Os impostos que pagamos não são os mesmos? Por acaso, nosso dinheiro não tem nenhum valor quando recolhido aos cofres públicos?

Temos de fazer valer nossas reivindicações com a devida publicidade e contundência. Infelizmente, num país como o nosso ainda se precisa de "lobies". Como não temos ainda nenhum "lobby" para defender nossos interesses, nossa consciência corporativa é escassa. Convertemo-nos no Brasil em uma massa silenciosa, alheia inclusive, ao poder do voto.

É por essa razão que os candidatos a dirigir a sociedade prestam maior atenção a outros grupos sociais, por serem eles capazes de fazer retumbar as ruas por onde passam. Como as casas legislativas, executivas e judiciárias são movidas à pressão, se continuarmos sem atitudes firmes, raramente vamos conseguir validar os direitos de nossos filhos. Vale lembrar, todos já prescritos na nossa Constituição.

Não bastasse este entrave, há que se falar em pais ricos e pais pobres. Temos que falar em pais que podem oferecer um tratamento digno, eficiente e caro e de pais que são obrigados a privarem seu filho de um tratamento adequado por não poderem custear os gastos de tais cuidados.

Chega a parecer que a única justiça social que se faz nestes casos é que tanto a família rica quanto a pobre terão seus filhos discriminados pela sociedade da mesma maneira.

A escola e seus pensadores estão obrigados a incluir urgentemente em seus currículos acadêmicos, desde o primeiro ano escolar, disciplinas que falem e mostrem as diferenças humanas. O ano internacional deste ou daquele é importante como reflexão, mas não como conscientização. Se optarem pela inclusão destas disciplinas, estarão fomentando no adulto de amanhã o espírito de solidariedade e

para inclusão destas disciplinas, estamos trabalhando no adulto de animar o espírito de solidariedade e da tolerância. Fundamentais para a aceitação plena do ser humano, independente de qualquer circunstância acidental que ele assuma nesta trajetória que chamamos de vida.

Para que haja atendimento especializado e inserção social é também fundamental que haja a preservação dos direitos civis destes cidadãos/ãs, a construção de um sentimento pátrio e da sua identidade. Não falo de caridade e sim de justiça. Sem isto, não há atendimento especializado ou inserção social. Haverá sim remédios educacionais, mas que não solucionam ou minimizam mais este problema de ordem social em nosso país.

Quando será que poderemos chamar o Brasil de país e qualquer cidade pelo nome se, com raras exceções, ainda não temos transportes adaptados, albergues-residências para finais de semana ou férias e leis que amparem os familiares na aquisição de veículos automotores para transportarem seus filhos dependentes?

Até quando teremos que esperar pela vontade política dos senhores feudais?

Concluindo

Ao concluir esta reflexão, gostaria de fazer um chamamento a todos os pais, professores, profissionais da área da saúde, políticos, governantes,... em especial àqueles que trabalham ou convivem com pessoas portadoras de algum tipo de deficiência:

- Vamos assumir, antes de tudo, que estas pessoas devem ter acesso a tudo o que a sociedade está em condições de ofertar. Ainda que algumas situações se apresentem embaraçosas para vocês, assumam.

- Não vamos limitar ainda mais as experiências de vida destas pessoas, porque estas experiências poderão se tornar os primeiros passos para a tão falada integração social.

- É preciso abrir-lhes a possibilidade real e concreta de viverem como diferentes que são e serem aceitos como tal.

- Não esqueça! Render-se ante a realidade é antes de tudo matar socialmente este ser humano.

- Esquecer de suas necessidades e seus direitos poderão ser interpretados por eles como uma forma de desprezo. Você gostaria de ser desprezado?

- Tenham claro que a presença constante destas pessoas no nosso dia-a-dia enriquecerá a sociedade. Será através deles que poderão prosperar outros valores cívicos sedimentados em novas relações humanas, mais igualitárias e éticas. Só assim, poderemos assumir a diferença como um valor despojado de qualquer conotação negativa.

- Precisamos desenvolver a consciência social desde a mais tenra idade para que, no futuro, todos saibamos conviver e respeitar as diferenças.

- Jamais poderemos esquecer que a sociedade somos todos nós. Somos nós quem colocamos ou retiramos nossos representantes no legislativo ou executivo.

Se trabalharmos juntos, sobrepondo-nos a todos os condicionantes sociais e os prejuízos de classe, teremos dado o primeiro passo para conquistas futuras.

Para que isto ocorra, necessitaremos fazer uma revolução de consciências. De todas as consciências. A começar pela nossa própria.

Se somarmos nossas vozes e, assim mesmo depois de tudo, a sociedade optar por continuar negando a existência de pessoas ditas deficientes ou aceitando-as apenas parcialmente, pelo menos teremos tido o grato consolo de termos participado de uma luta que não era só nossa, mas de todos os cidadãos brasileiros.

Afinal, quem de nós não possui alguma deficiência?

Referências

CARVALHO, S. Thanise, um sorriso muito especial. São Paulo: Unimep, 1996.

_____. S. Família, atendimento especializado e inserção social - Propostas Interdisciplinares em Educação Especial. Londrina, PR, 1998.

GLAT, R. Somos iguais a você. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

Correspondência

Sérgio Carvalho - Universidade Federal de Santa Maria/UFSM-Centro de Educação Física e Desportos/CEFD/DMTD.

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2005 - Nº 25 > Editorial > Índice > Resumo > **Artigo**